



**11 DE NOVEMBRO DE 2016**  
**Sexta-feira**

- RBF nº10/2016 – REMESSA EXPRESSA
- CHINA E MUDANÇAS DE REGRAS ADS NA UNIÃO EUROPEIA
- GOVERNO QUER LANÇAR NO INÍCIO DE 2017 PROGRAMA QUE ESTIMULA TROCA DE CARROS ANTIGOS POR NOVOS
- PRESIDENTE DA RENAULT DEFENDE AJUDA DO GOVERNO AO SETOR AUTOMOTIVO
- FIESP: MOVIMENTO DE FIM DE ANO SERÁ MENOR DO QUE 2015 PARA 53,4% DAS INDÚSTRIAS
- ESTANDE DA NISSAN NO SALÃO DO AUTOMÓVEL TEM PROTESTO CONTRA A MONTADORA
- PROTESTO CONTRA NISSAN NO SALÃO ALEGA PRÁTICAS ANTISSINDICAIS NOS EUA
- PROGRAMA DE RENOVAÇÃO DE FROTA DEVE SAIR ATÉ 1º SEMESTRE DE 2017, DIZ MINISTRO
- BRASIL PEDE AO PARAGUAI FIM DA IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS USADOS
- INTENÇÃO É ASSINAR ACORDO AUTOMOTIVO COM PARAGUAI AINDA ESTE ANO, DIZ MINISTRO
- RECEITA PÚBLICA IN DE PROCEDIMENTO AMIGÁVEL PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO DE RENDA
- IMPOSTÔMETRO CHEGA A R\$ 1,7 TRILHÃO NA SEXTA-FEIRA, DIZ ACSP
- ANEEL ESPERA SOLUÇÃO DE MERCADO PARA PARTE DE PROJETOS EM CONSTRUÇÃO DA ABENGOA
- CHINA ATINGE META ANUAL PARA REDUZIR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AÇO
- CHINA VENDE 2,34 MILHÕES DE CARROS EM OUTUBRO, 20% MAIS QUE UM ANO ANTES
- INFLAÇÃO ESTÁ BAIXANDO 'MUITO RÁPIDO', DIZ PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL
- OPÇÃO DE INVESTIMENTO OFERECE GANHOS DE AÇÕES COM GARANTIAS DA RENDA FIXA
- ACORDO QUER FACILITAR ACESSO DE PEQUENAS EMPRESAS DE SP A MERCADO ÁRABE

- DETRAN PARANÁ E BANCO DO BRASIL FACILITAM PAGAMENTOS DE GUIAS
- CORREIOS FAZEM PLANO DE DEMISSÃO PARA ECONOMIZAR ATÉ R\$ 1 BI POR ANO
- EMBRAER NEGOCIA ACORDO DE LAYOFF PARA ATÉ 2.000 EMPREGADOS
- PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO PRESERVOU 63 MIL VAGAS, DIZ GOVERNO
- COPEL CONFIRMA O POSTO DE MAIOR EMPRESA PARANAENSE
- INDÚSTRIA CRÍTICA PLANO DE INCENTIVO A FABRICANTES DO SETOR DE PETRÓLEO
- LUCRO LÍQUIDO DA MARCOPOLO QUASE TRIPLICA EM UM ANO
- FUNDO ESTUDA FAZER CARRO ELÉTRICO NO BRASIL
- PRODUÇÃO DE MOTOS RECUA 31% EM 2016
- FCA TRABALHA NA MAIOR RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA DA FIAT
- VOLKSWAGEN DE TAUBATÉ CHEGA A 6,5 MILHÕES DE VEÍCULOS PRODUZIDOS
- JAGUAR MOSTRA NO PAÍS SEU CARRO MAIS POTENTE
- VOLKSWAGEN TERÁ NOVO VICE-PRESIDENTE DE SUPRIMENTOS
- Lifan X60 recebe câmbio CVT e novo desenho
- PAÍS VAI CONTESTAR NA OMC SOBRETAXA DOS EUA AO AÇO
- BANDEIRA TARIFÁRIA DEVE VOLTAR A SER VERDE EM DEZEMBRO, DIZ SECRETÁRIO
- PROPOSTA PARA SIMPLIFICAR REGRAS TRIBUTÁRIAS SERÁ ANALISADA NA CCJ
- INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1669
- CONTABILIDADE: O DESAFIO DA QUALIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
- OFICINA - COMO VENDER PELO CARTÃO BNDES

| <b>CÂMBIO<br/>EM 11/11/2016</b> |               |              |
|---------------------------------|---------------|--------------|
|                                 | <b>Compra</b> | <b>Venda</b> |
| <b>Dólar</b>                    | 3,470         | 3,480        |
| <b>Euro</b>                     | 3,784         | 3,785        |

**Fonte: BACEN**

11/11/2016 – CNI

### Consulta Pública RFB nº 10/2016 - Remessa Expressa

**Proposta de Instrução Normativa dispendo sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais**



Prezados Senhores,

**Até o dia 18-Nov-2016 interessados poderão enviar contribuições sobre a proposta de Instrução Normativa da RFB que trata do tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais.**

A medida visa melhorar o ambiente de negócios, ao mesmo tempo em que busca reduzir os obstáculos associados ao ingresso e manutenção do regime, aumentando a possibilidade de acesso de novas empresas a seus benefícios, com mais agilidade e segurança na passagem das remessas pelo controle aduaneiro.

**O Regime de Remessas Expressas** permite encomenda internacional transportada em um ou mais volumes, por via aérea, por empresa de transporte expresso internacional, porta a porta.

**Nesse sentido a CNI irá recepcionar análises e contribuições do setor privado, sobre mencionada proposta de Instrução Normativa, até o dia 18Nov nos moldes estabelecidos no texto da Consulta Pública que se encontra em anexo.**

Para informações adicionais ou esclarecimentos de dúvidas, gentileza entrar em contato .

Atenciosamente,

**Ronnie Pimentel**

Política Comercial | Trade Policy  
Unidade de Comércio Exterior | Foreign Trade Unit  
Confederação Nacional da Indústria | National Confederation of Industry – Brazil  
SBN Quadra 1, Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, 12º Andar  
Phone: +55 (61) 3317-9459 | Cell: +55 (61) 8182-5405  
Email: [rpimentel@cni.org.br](mailto:rpimentel@cni.org.br) | Website: [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)

**Veja a íntegra da Instrução Normativa [Aqui](#)**

## China e Mudanças de Regras ADs na União Europeia

11/11/2016 – Comissão Europeia

A Comissão Europeia anunciou hoje proposta de modificação da regulamentação da União Europeia (UE) sobre defesa comercial, fruto de consultas públicas e tendo pano de fundo o fim da vigência de parte do Artigo 15 do Protocolo de Acesso da China à OMC.

**Em resumo, a Comissão Europeia propões uma espécie de “terceira via”, que não reconhece a China como economia de mercado, mas tenta evitar o conflito direto com o país, por ser uma metodologia neutra, ao menos no papel.**

Resumo (*Fact Sheet*) [http://europa.eu/rapid/press-release MEMO-16-3605\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-16-3605_en.htm)

Hoje, a UE lista os países que não têm economia de mercado, que inclui a China obriga a Comissão a utilizar a metodologia do “país substituto” em investigações AD. Com a mudança do artigo 15, a UE precisou fazer certas mudanças procedimentais e a CNI destaca seis pontos:

1. Extinção da a lista de países que não são economias de mercado, mas manutenção da possibilidade de utilização de metodologias alternativas para lidar com situações em que os preços e custos no país de origem não possam ser considerados normais, em função de “distorções significativas” provocadas pela intervenção do Estado na economia, inclusive no que se refere aos custos de matérias-primas.

2. Ao invés de se basear em preços de venda ou custos em um país substituto, o embasamento será em “custos de produção e venda que reflitam preços não distorcidos”, os quais poderão se basear em *benchmarks* internacionais, ou em custos de produção e venda correspondentes em um “país representativo com nível de desenvolvimento semelhante ao do país exportador”.

3. Lista as “distorções significativas”: (i) o grau da presença no mercado de empresas controladas ou influenciadas pelo Estado, (ii) interferência do Estado na formação de preços e custos das empresas, (iii) políticas públicas que discriminem em favor da indústria nacional ou que de outro modo interfiram nas forças do mercado, e (iv) acesso a financiamento por instituições que implementem políticas públicas.

4. Publicação de relatórios descrevendo as circunstâncias de mercado/distorções específicas em determinados países ou setores, que servirão de base para que a indústria doméstica, ao apresentar uma petição, alegue que os preços e custos internos não são apropriados para determinar o valor normal.

5. Esclarecimento de que as regras atuais permanecerão aplicáveis aos casos em andamento até a aprovação da nova regulamentação.

6. Alteração nos procedimentos sobre medidas compensatórias, prevendo a possibilidade de levar em conta subsídios identificados no curso de uma investigação, e não apenas aqueles identificados previamente ao seu início.

Destaca-se que a proposta não prevê a concessão de status de economia de mercado à China. Evita-se o termo “economia de mercado” e adotam-se regras alternativas para a apuração do valor normal, sem que se diga se o embasamento seria no próprio Protocolo de Acesso da China à OMC.

Também, a Comissão Europeia se refere expressamente ao fato de que outros países, em especial os EUA, não necessariamente precisarão alterar as metodologias alternativas que hoje já aplicam à China, e teriam inclusive indicado à UE que não farão alterações.

Porém, na prática, a expectativa da Comissão é que serão identificados níveis semelhantes de margens de dumping aos hoje encontrados para a aplicação de medidas. Ou seja, mudam-se os procedimentos (o que é necessário por conta da mudança nas regras da OMC), mas não os resultados substanciais.

A posição da UE coincide em boa medida com a posição defendida pela CNI (com fundamentação jurídica) no estudo realizado sobre o assunto no início de 2013, que vem sendo discutido com as autoridades governamentais desde então.

A CNI continuará monitorando a evolução da proposta da Comissão Europeia e procurando interagir com o DECOM e outras autoridades para garantir que o Brasil não abra mão do direito de usar metodologias alternativas em casos antidumping contra a China.

O tema – incluindo referência às discussões no âmbito europeu – será abordado com maiores detalhes na próxima edição do Observatório de Defesa Comercial da CNI, a ser publicada ainda este ano.

Links para os documentos da Comissão Europeia:

Proposta de Emenda à Regulamentação Antidumping:  
[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/november/tradoc\\_155079.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/november/tradoc_155079.pdf)

Avaliação de impacto:  
[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/november/tradoc\\_155080.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/november/tradoc_155080.pdf)

## **Governo quer lançar no início de 2017 programa que estimula troca de carros antigos por novos**

11/11/2016 – Gazeta do Povo



O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Pereira, afirmou que o programa de renovação de frota que está sendo discutido entre o setor automotivo e o governo pode sair do papel já no primeiro semestre do ano que vem.

O ministro participou nesta quinta (10) da abertura do Salão Internacional do Automóvel, em São Paulo, e disse que as vendas de veículos na primeira semana de novembro passaram de 10 mil, segundo números da Anfavea, sinalizando um 'ânimo e otimismo' para o setor, que vive uma de suas piores crises, com os níveis de produção regredindo a 2003.

"Nós queremos apresentar ao presidente o projeto de renovação de frota no início de dezembro, dependendo da conclusão dos estudos, e vamos avaliar se é melhor fazer por Medida provisória ou Projeto de Lei. Acredito que ele pode sair do papel no ano que vem, mais tardar no fim do primeiro semestre", afirmou Pereira.

Pereira disse que a ideia é renovar entre 800 mil e um milhão de veículos por ano, entre leves, caminhões e motos. Primeiro, a renovação atingiria veículos com mais de 30 anos de uso, e depois 25 anos, disse o ministro.

"Mas não posso dar mais detalhes porque isso ainda está em estudo", afirmou o ministro, lembrando que a frota atual do país é de 50 milhões de unidades.

Pereira também afirmou que o governo está conversando com os bancos públicos para melhorar as condições de financiamento, especificamente para motos. Há um pleito da Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes, de que não há financiamento para motos.

"Há uma demanda do setor de que não existe financiamento, já que os bancos privados resistem. Eu fiz a interlocução entre os bancos públicos e associação", afirmou.

### **Paraguai**

O ministro afirmou ainda que o governo discute com o Paraguai a proibição de importar veículos usados, que é feita por aquele país.

Segundo o ministro, o Paraguai informou que trata-se de uma decisão complicada interromper essa importação, e que a redução poderá ser feita aos poucos. Pela via da exportação, Pereira informou que estão sendo concluídos acordos com a Colômbia e o Peru.

Antonio Megale, presidente da Anfavea, associação que reúne as montadoras, disse durante a abertura do Salão do Automóvel que várias tecnologias nos veículos que

estão sendo apresentados saíram do programa do governo Inovar Auto, que tem como objetivo dar mais competitividade à indústria automobilística.

Foram investidos pelas empresas R\$ 15,3 bilhões no programa entre 2013 e 2015 em pesquisa e desenvolvimento, segundo o ministro Marcos Pereira.

“Precisamos ter uma nova política industrial, com visão de longo prazo, de mais de dez anos. Não podemos viver ano após ano sem recursos para financiar máquinas agrícolas, ou linhas de financiamentos para caminhões. Ou ter regras que mudam a toda hora”, disse Megale, durante a abertura do evento.

Megale afirmou que entre os 540 veículos apresentados no salão, cem deles são lançamentos, entre eles alguns modelos mundiais, com tecnologia de ponta. A expectativa é que pelo menos 700 mil pessoas visitem o salão até o dia 20 de novembro.

## **Presidente da Renault defende ajuda do governo ao setor automotivo**

11/11/2016 – Gazeta do Povo



O presidente da Renault do Brasil, Fabrice Cambolive, defende uma discussão entre as montadoras e o governo do presidente Michel Temer para a adoção de medidas que ajudem a acelerar a retomada do mercado brasileiro de veículos, cujas vendas devem cair cerca de 20% neste ano.

Ele afirma, contudo, que o setor não quer medidas de curto prazo, como ocorreu no passado, que apenas inflaram as vendas por um período.

Uma das discussões deve envolver ações que possam ajudar na queda dos juros. Segundo ele, em 2013, 30% das vendas eram para clientes que compravam o carro zero pela primeira vez, porcentual hoje que é muito inferior por falta de crédito.

Ele também acredita que a nova onda de produção de utilitários-esportivos não é apenas “moda”. Como em outros países, o mercado desse tipo de produto deve continuar crescendo nos próximos anos.

Em razão dessa aposta, a Renault terá uma linha de SUVs em todos os segmentos, do compacto, com o Kwid – que será produzido no Paraná, em São José dos Pinhais – , até o luxuoso Koleos, que será importado. Na gama também estão o Duster e o Captur.

“O brasileiro gosta de carros com ‘boa pinta’, que possa ser usado para ir ao trabalho e para sair com a família nos fins de semana”, diz o executivo. Segundo ele, há dois anos o segmento de SUVs respondia por 8% das vendas totais, e hoje a participação está em 15%. Na Europa é de 25%.

## **Fiesp: movimento de fim de ano será menor do que 2015 para 53,4% das indústrias**

11/11/2016 –Tribuna PR

A maioria das indústrias paulistas acredita que o movimento do final do ano deve ser menor que o registrado em 2015, informaram o Departamento de Pesquisas e Estudos

Econômicos (Depecon) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) nesta quinta-feira, 10.

Segundo a divulgação, 53,4% das empresas acreditam que o movimento do Natal será pior que o do ano passado, enquanto 28,6% avaliam que deve ser igual e 16,6% apostam que o movimento será melhor.

O percentual que acredita que o movimento será menor este ano é mais otimista que nos anos anteriores, conforme a Fiesp e a Ciesp. Em 2015, esse resultado estava em 81% e, em 2014, marcou 62,1%.

Em relação ao porte das empresas, o percentual de empresas mais pessimistas é composto pelo contingente de 58,1% das indústrias de pequeno porte, 45,4% das médias e 42,9% das empresas de grande porte.

Segundo o diretor do Depecon, Paulo Francini, os dois últimos anos foram ruins e ainda não é possível ver uma recuperação. "São dois momentos difíceis para a indústria, com resultados muito semelhantes. É decepcionante para quem esperava uma retomada, mas o final de 2016 não será auspicioso", conclui o diretor da Fiesp.

As empresas consultadas pela pesquisa também avaliaram que as vendas no fim deste ano terão queda 6,5% em relação ao ano passado. Esse número é mais negativo entre as empresas de pequeno porte (7,9%).

Já as médias esperam recuo de 4,6% e as grandes, de 1,7%. De maneira geral, a expectativa sobre as vendas é melhor do que a dos anos anteriores. Em 2015, era esperada queda de 14,1% e recuo de 7,8% em 2014.

Em relação às encomendas para o final do ano, a maioria das empresas (39,8%) respondeu que os pedidos estão mais atrasados do que em 2015, um percentual menor que em 2015 (47,7%). Já 30,2% das indústrias consideraram que as encomendas estão sendo realizadas no mesmo período e 3,4% avaliaram que os pedidos estão sendo feitos com antecedência. Outros 17,7% disseram que não é afetado pelo final do ano e 8,9% não responderam a questão.

### **13º salário**

Para pagar o 13º salário dos funcionários, 44% das empresas utilizarão recursos provisionados no decorrer do ano, enquanto 29,2% vão usar financiamento de terceiros. Outros 21,5% das indústrias vão aproveitar as vendas do último trimestre do ano para pagar o 13º salário e ainda 3,9% utilizarão outras fontes de recursos.

Das empresas que vão utilizar financiamento bancário para pagar o 13º salário, 73% consideraram que as condições estão mais complicadas do que em 2015. Entre as empresas que vão usar as vendas do quarto trimestre, as dificuldades estão maiores para 50,5% delas.

Já para as indústrias que vão pagar o 13º com o provisionamento de 2016, 42,2% disseram que a situação está igualmente difícil em relação ao ano passado e 24,2% afirmaram que não estão encontrando nenhuma dificuldade.

Segundo a Fiesp, independente da fonte de recursos para pagamento do 13º salário, 35,9% das indústrias consultadas disseram que estão recorrendo aos bancos para conseguir o valor total ou parcial do benefício, percentual menor que em 2015 (38,5%). Essas empresas pretendem obter recursos equivalentes, em média, a 82,7% de sua folha de pagamento.

As indústrias consultadas ainda avaliaram que as condições de crédito estão piores que a do ano passado, com 45,1% das empresas considerando que o crédito está muito mais caro, percentual menor do que em 2015 (60,4%). Já 42,3% das empresas



acham que o crédito está mais caro, 6% avaliam que o preço é o mesmo e 1,1% acredita que está mais barato.

“Os créditos bancários estão escassos e muito mais caros. Alguns setores da indústria foram, de certa forma, banidos das instituições financeiras, o que dificulta muito, principalmente para as pequenas empresas”, afirma o diretor do Depecon, Paulo Francini.

O levantamento foi realizado com 507 empresas industriais do Estado de São Paulo entre os dias 3 e 26 de outubro de 2016. O porte das empresas é composto por: 64,5% de pequeno porte (até 99 empregados); 30% de médio porte (de 100 a 499 empregados) e 5,5% de grande porte (500 ou mais empregados).

## **Estande da Nissan no Salão do Automóvel tem protesto contra a montadora**

11/11/2016 –Tribuna PR

No primeiro dia de visitação do Salão Internacional do Automóvel de São Paulo, o estande da Nissan foi palco de um protesto contra más condições de trabalho em fábrica da montadora nos Estados Unidos.

Cerca de 100 pessoas se reuniram em frente ao local, vestiram camisas pretas com a frase “A Nissan joga sujo” e, lado a lado, gritaram palavras de ordem contra a marca. Algumas exibiam placas com dizeres contra o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump.

A maioria dos manifestantes era formada por sindicalistas de São Paulo, que, em solidariedade aos metalúrgicos da Nissan nos EUA, decidiram realizar o protesto, com o apoio da entidade sindical nos EUA, United Auto Works Union (UAW). “A Nissan tem uma fábrica em Mississippi e trata os seus funcionários de forma muito precária”, disse Adriano Lateri, de 39 anos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O protesto teve início às 15h50 e começou a se dispersar depois das 16h20. Durante a manifestação eles chegaram a cercar um dos carros expostos pela Nissan, o modelo esportivo VGT 2020. “Não compre Nissan”, gritavam os manifestantes. Eles também pediram: “Nissan, respeita o trabalhador”. Segundo a assessoria de imprensa da montadora, o protesto já era esperado e as denúncias não são verdadeiras.

Atritos entre a Nissan dos EUA e seus funcionários ocorrem desde 2013, com relatos de que a empresa persegue os trabalhadores. Diversos protestos relacionados ao conflito já ocorreram no país e em outras partes do mundo. No Brasil, houve manifestações em eventos relacionados aos Jogos Olímpicos, já que a Nissan era um dos patrocinadores, e também na última edição do Salão em São Paulo, em 2014.

## **Protesto contra Nissan no Salão alega práticas antissindiciais nos EUA**

11/11/2016 –Tribuna PR

A manifestação contra a Nissan no estande da montadora no Salão Internacional do Automóvel de São Paulo também teve como objetivo denunciar práticas antissindiciais na fábrica da empresa em Mississippi, nos Estados Unidos, informou nesta quinta-feira, 10, a assessoria de imprensa do movimento.

Em nota distribuída a jornalistas, o movimento afirma que a montadora mantém a política de intimidar os trabalhadores com ameaças de fechamento da fábrica “sempre que o assunto da organização dos empregados em um sindicato ressurge”.

“Ao agir dessa forma, a multinacional impede a liberdade de expressão e impossibilita que os trabalhadores reivindiquem melhores salários, segurança e saúde no ambiente



de trabalho e se defendam de eventuais casos de assédio moral e sexual, além de controlarem o uso de horas extras”, afirma o texto.

Também em nota, a assessoria de imprensa da Nissan diz que respeita as leis trabalhistas em todos os países em que opera e garante que seus funcionários têm liberdade de expressar suas opiniões. “Nas fábricas da Nissan de todo o mundo, a decisão de unir-se ou não a um sindicato cabe inteiramente ao funcionário”, diz o texto.

“Os funcionários da Nissan nos EUA possuem empregos que estão entre os mais seguros e os que oferecem os maiores salários em manufatura nas regiões em que operam. Nós apoiamos o direito de cada funcionário escolher quem os representa, e os funcionários da Nissan Estados Unidos votaram repetidamente contra representação sindical.”

Segundo a assessoria de imprensa dos manifestantes, havia cerca de 150 pessoas no local, todos vinculados a alguma das três maiores centrais sindicais brasileiras: CUT (Central Única dos Trabalhadores), UGT (União Geral dos Trabalhadores) e Força Sindical. “Apoiamos os trabalhadores e participaremos de manifestações certos de que a repercussão levará a Nissan a rever suas práticas”, disse na nota o presidente da UGT, Ricardo Patah.

Outro receio dos sindicalistas brasileiros, segundo o texto, é que as leis trabalhistas norte-americanas acabem sendo adotadas pelo Brasil. “Hoje estamos em São Paulo. Amanhã poderemos estar em Brasília lutando contra as mudanças na legislação trabalhista brasileira”, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Paulo Cayres.

### **Programa de renovação de frota deve sair até 1º semestre de 2017, diz ministro**

11/11/2016 –Tribuna PR

Um dos principais pedidos do setor automotivo junto ao governo federal, o programa de renovação de frota deve sair do papel no máximo até o fim do primeiro semestre de 2017, afirmou nesta quinta-feira, 10, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Pereira, em visita ao Salão Internacional do Automóvel de São Paulo.

A medida, que receberá o nome de Programa de Sustentabilidade Veicular, tem o objetivo de fazer com que os brasileiros troquem veículos antigos por novos, mais seguros e menos poluentes.

A meta é que, quando estiver em vigor, ocorra a substituição de algo entre 800 mil e 1 milhão de veículos por ano, o que acabaria aquecendo o mercado brasileiro, que desde 2013 acumula consecutivas quedas nas vendas. O ano de 2016 deve terminar com a venda de cerca de 2 milhões de unidades, queda de 19% ante 2015, segundo a Anfavea.

No início, disse o ministro, a medida deve facilitar a troca de veículos (automóveis, caminhões e motos) com mais de 30 anos de uso. Em fases seguintes o tempo de uso mínimo para participar do programa seria reduzido para 25 anos, 20 anos e assim sucessivamente. Ainda existem dúvidas, no entanto, quanto ao funcionamento e à origem dos recursos para financiar o programa.

“(O funcionamento) ainda está em estudo. Existem algumas ideias, apresentadas pela coalizão empresarial (entidades do setor automotivo), mas também existe uma discussão com técnicos do ministério”, afirmou o ministro, que se recusou a detalhar as ideias discutidas “para não frustrar o projeto” e não gerar especulações.

O ministro disse também que o programa deve ser apresentado ao presidente Michel Temer até o fim deste ano, mas que ainda não sabe se o programa será colocado em prática por meio de uma medida provisória ou de um projeto de lei. "Mas, a princípio, penso que seja melhor por medida provisória", afirmou.

## **Trump**

Pereira avaliou que as sólidas instituições norte-americanas, aliadas a organismos internacionais, devem frear qualquer desequilíbrio que poderia ser causado por medidas do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump. "Em países verdadeiramente democráticos, o presidente pode muita coisa, mas não pode tudo", disse o ministro.

Apesar disso, Pereira acredita que é preciso esperar. "Eu quero crer que o discurso da prática será diferente do discurso da campanha", afirmou, após ser questionado sobre qual seria o impacto do novo governo norte-americano nas exportações brasileiras para os EUA, já que Trump mostrou um perfil protecionista durante a campanha. "Também temos de aguardar para saber como será a composição do secretariado", acrescentou.

## **Brasil pede ao Paraguai fim da importação de veículos usados**

11/11/2016 –Tribuna PR

Os dois principais pleitos do Brasil nas negociações com o Paraguai para um acordo automotivo são que os paraguaios parem de importar veículos usados de outros países e que eles acabem com a chamada tarifa extra-zona, que cobra uma alíquota menor para veículos importados de países que não fazem parte do Mercosul, disse nesta quinta-feira, 10, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira.

As duas medidas tornariam os veículos brasileiros mais competitivos no Paraguai. A primeira, no entanto, é mais difícil de ser alcançada, reconheceu o ministro.

"Então, nós queremos definir um parâmetro que seria reduzido aos poucos", disse Pereira, que terá uma reunião com o ministro paraguaio da Indústria e do Comércio, Gustavo Leite, no próximo dia 27, em São Paulo. A intenção, segundo Pereira, é que o acordo seja assinado até o fim do ano.

## **Intenção é assinar acordo automotivo com Paraguai ainda este ano, diz ministro**

11/11/2016 –Tribuna PR

O Brasil pretende assinar ainda este ano o acordo automotivo que vem sendo negociado com o Paraguai, afirmou nesta quinta-feira, 10, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. "As discussões estão avançadas", disse o ministro, sem dar detalhes do acordo.

Ele terá reunião com o ministro paraguaio da Indústria e do Comércio, Gustavo Leite, em São Paulo no próximo dia 27.

O acordo com o Paraguai é a mais recente tentativa do governo de elevar as possibilidades de exportação das montadoras instaladas no Brasil. "A indústria automotiva brasileira não pode ser competitiva apenas nacionalmente ou regionalmente, mas globalmente", disse o ministro, que citou os acordos assinados recentemente com Uruguai, México, Colômbia e Peru, os dois últimos ainda em fase de formalização.

Pereira reforçou ainda que o governo tem conversado com as entidades do setor automotivo para a elaboração de uma nova política industrial para entrar em vigor em 2018, em substituição ao Inovar Auto, que expira no fim de 2017.

Ele reiterou também que a ideia é pensar em uma política de longo prazo, "pelo menos por 10 anos", como tem pedido a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Além disso, o ministro disse que o governo continua empenhado em tirar do papel um programa de renovação de frota, que substituiria veículos antigos por novos e estimularia o mercado brasileiro. O programa seria focado em retirar de circulação modelos que, por serem antigos, são inseguros e muito poluentes.

### **Receita publica IN de procedimento amigável para evitar dupla tributação de renda**

11/11/2016 –Tribuna PR

A Secretaria da Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa 1.669/2016, que trata do "procedimento amigável no âmbito das Convenções e dos Acordos Internacionais Destinados a Evitar a Dupla Tributação da Renda (ADTs) de que o Brasil seja signatário".

Segundo o texto, o procedimento amigável não tem natureza contenciosa, sendo partes as autoridades competentes dos Estados contratantes. Esse procedimento pode ser composto por fase unilateral, na qual a Receita recebe e efetua a análise interna do requerimento e, se possível, finaliza o procedimento, ou fase bilateral, na qual a Receita trata com a autoridade competente do outro Estado contratante a fim de buscar uma solução para o caso.

"O sujeito passivo residente no Brasil poderá apresentar requerimento de instauração de procedimento amigável, perante a RFB (Receita Federal do Brasil), quando considerar que medidas tomadas por um ou ambos os Estados contratantes conduziram ou poderão conduzir, em relação ao requerente, a tributação em desacordo com o ADT de que os Estados sejam signatários", cita a IN.

A IN ainda determina que "não caberá pedido de reconsideração ou recurso no âmbito do procedimento amigável".

### **Impostômetro chega a R\$ 1,7 trilhão na sexta-feira, diz ACSP**

11/11/2016 –Tribuna PR

O Impostômetro, ferramenta da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que calcula em tempo real os impostos, taxas e contribuições arrecadados no País desde o início do ano, irá alcançar, nesta sexta-feira (11), a marca de R\$ 1,7 trilhão. Em 2015, esse valor foi registrado também no dia 11 de novembro.

A cifra poderá ser vista às 7 horas no painel em frente à sede da associação, no centro da capital paulista.

O presidente da ACSP, Alencar Burti, afirmou em nota distribuída à imprensa que o montante seguiu o ritmo do ano anterior devido à inflação e à queda menos acentuada do ritmo da atividade econômica nos últimos meses. Para a entidade, com a melhora da economia esperada para 2017, a arrecadação deve aumentar em termos reais.

## **Aneel espera solução de mercado para parte de projetos em construção da Abengoa**

11/11/2016 –Tribuna PR

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda espera uma solução de mercado para parte dos projetos de transmissão em construção da espanhola Abengoa, empresa em recuperação judicial e que tenta vender seus ativos. Segundo o diretor geral da agência, Romeu Rufino, uma solução envolvendo a venda de parte dos projetos em construção, além das concessões em operação, está em negociação.

“Tem alternativa sendo discutida”, contou Rufino a jornalistas. “Que eu conheça, a mais efetiva, a mais concreta, talvez seja a da Equatorial”, acrescentou o diretor da Aneel. A agência, contou, tem interagido com o administrador judicial da recuperação judicial e com o mercado para apoiar no processo.

No início do mês, a Equatorial comunicou ao mercado que analisava “possibilidades de investimentos em projetos ou ativos do setor, incluindo os detidos pela espanhola Abengoa”, mas declarou que até aquele momento não tinha decidido se apresentaria oferta firme pelos ativos da espanhola no Brasil.

Seria o segundo passo do grupo para avançar no segmento de transmissão. No final de outubro a companhia marcou sua estreia na área, ao conquistar sete lotes em leilão de transmissão, comprometendo-se a um investimento da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

Rufino salientou que não espera uma transação envolvendo a totalidade das concessões de transmissão, mas apenas as operacionais e mais dois projetos em construção avançada, localizados no Nordeste e que escoarão energia de complexos eólicos e usinas hidrelétricas.

“São as que estão mais avançadas em termos de investimento feito, porque esta é uma variável que a Aneel está atenta, não queremos dar um sinal para o mercado de descontinuidade”, disse, lembrando que existem fornecedores comprometidos com valores importantes na fabricação e até entrega e equipamentos. Ele salientou, porém, que os fornecedores, como também a Abengoa, terão que assumir parte dos riscos.

Neste caso, explicou, não haverá espaço para rever a Receita Anual Permitida (RAP) das concessões, mas apenas prazos. Justamente por isso os projetos que ainda estão em fase muito inicial de investimento, como o chamado pré-linhão de Belo Monte, que escoará energia da usina para o Nordeste, não são viáveis para a venda.

Esses projetos deverão seguir no processo de caducidade da concessão e posterior relicitação. Esse processo, disse, já está bem avançado, prestes a ser apreciado pela diretoria da Aneel.

Aguarda, porém, a sanção presidencial e publicação da lei de conversão da Medida Provisória 735, o que deve ocorrer até a semana passada. Foi aprovado pelo Congresso Nacional a inclusão de uma medida que permitiria a transferência do controle das concessões da Abengoa, com a mudança de RAP, evitando a caducidade. A solução, porém, encontra resistências no governo e pode ser vetada.

Se o caminho for a caducidade, os lotes voltam para o governo e um novo contrato de concessão deve ser elaborado, com revisão das estimativas de investimentos, taxa de retorno e RAP.

A previsão inicial do governo é realizar um novo leilão até julho de 2017. Inicialmente o investimento é estimado em R\$ 8 bilhões, considerando todos os projetos em construção da Abengoa, o que atualmente significaria uma RAP da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

## **China atinge meta anual para reduzir capacidade de produção de aço**

11/11/2016 –Tribuna PR

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, principal agência de planejamento econômico da China, afirmou nesta sexta-feira que o setor de aço do país já havia atingido até o fim de outubro sua meta neste ano para reduzir o excesso de capacidade de produção.

O setor de carvão deve concluir a meta de redução de capacidade antes do prazo, disse Li Pumin, secretário-geral da comissão. O governo central pediu que as companhias chinesas do setor cortem em 45 milhões de toneladas a capacidade de produção de aço bruto e em 250 milhões de toneladas a capacidade de produzir carvão até o fim do ano.

O governo de Pequim tem enfrentado produtores, especialmente do setor privado, que relutam em reduzir a capacidade diante de preços com tendência de alta.

## **China vende 2,34 milhões de carros em outubro, 20% mais que um ano antes**

11/11/2016 –Tribuna PR

As vendas de carros novos na China subiram 20% em outubro ante igual mês do ano passado, a 2,34 milhões de unidades, segundo dados da associação de montadoras do país.

As vendas totais de veículos, incluindo carros, vans, ônibus e caminhões, avançaram 19% na mesma comparação, a 2,65 milhões de unidades.

No acumulado do ano até outubro, as vendas de carros totalizaram 19 milhões de unidades, mostrando acréscimo de 15% ante igual período de 2015, quando as vendas subiram menos de 4% na comparação anual.

## **Inflação está baixando 'muito rápido', diz presidente do Banco Central**

11/11/2016 –Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, citou nesta quinta-feira, 10, durante palestra em evento promovido pela Universidade do Chile, o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, cuja alta acumulada em 12 meses foi de 7,87%. "A inflação acumulada de outubro foi de cerca de 7,8%. A inflação está baixando muito rápido", afirmou.

Segundo ele, a intenção do BC é fazer a inflação retornar para a meta de 4,5% em 2017 e em 2018, mantendo o índice sob controle nos anos seguintes. "Já temos resultados, já nos animamos um pouco mais nos últimos seis meses", comentou.

Goldfajn citou a melhora da confiança da indústria, "que estava baixa e subiu", e também a melhora na confiança dos consumidores.

Durante a palestra, Goldfajn também expôs um gráfico com o movimento do câmbio no Brasil nos últimos meses. Ele destacou a volatilidade, mas ponderou que isso é "normal" em função do cenário externo.

"A bolsa de valores indica que os investidores esperam por um futuro melhor", afirmou Goldfajn, que também destacou, em um gráfico, a queda das taxas de juros de 5 anos no Brasil. "A taxa de juros de 5 anos já baixou 525 pontos-base no Brasil", disse.

## **Defesa dos ajustes**

O presidente do Banco Central voltou a defender os ajustes econômicos no Brasil, como pré-requisito para a queda da inflação e o crescimento sustentável. "Há de se trabalhar e fazer as reformas enquanto temos a oportunidade", afirmou Goldfajn.

Goldfajn voltou ainda a citar o chamado "interregno benigno" vivido pelas economias emergentes – um período favorável no exterior em que, segundo ele, o Brasil deve aproveitar para fazer as reformas necessárias. "Este ano tivemos um período em que o fluxo de capitais ajudou nossos ativos", disse.

Em sua apresentação, ele destacou duas reformas principais a serem feitas pelo Brasil: a fiscal e a previdenciária. Segundo Goldfajn, as reformas fiscais são "uma das condições para recuperar a confiança" no País. Um dos pontos importantes, de acordo com o presidente do BC, é a limitação dos gastos públicos, "um problema que o Brasil enfrenta há 30, 40 anos".

Goldfajn destacou que a Câmara recentemente aprovou o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos públicos, "com maioria dos parlamentares", e disse que tudo indica que o Senado também aprovará a matéria.

A segunda reforma importante, citada por Goldfajn, é a da Previdenciária. Além disso, o presidente do BC citou a necessidade de o País passar por reformas que elevem sua produtividade.

Ao explicitar o contexto atual vivido pelo Brasil, Goldfajn afirmou que o País passou recentemente por políticas "não adequadas" e que a crise "veio muito mais forte e rápida do que imaginávamos". "Tivemos no País políticas que aumentaram a crise, e não a absorveram", comentou o presidente do BC, para quem as políticas intervencionistas também levaram a um custo maior.

"Os preços administrados subiram e a inflação foi a 11%", disse Goldfajn, ao citar o IPCA de 2015, que encerrou pouco abaixo deste nível. "Estamos trabalhando para que a inflação de 11% baixe para a meta de 4,5%", acrescentou.

Ainda ao abordar a política econômica de anos anteriores no Brasil, Goldfajn destacou o aumento da dívida pública em função dos gastos fiscais. "Tivemos ainda uma crise política, não por coincidência. Não é coincidência termos crise econômica e política. Essas duas crises se autoalimentam", afirmou.

Goldfajn deu nesta quinta palestra no seminário "Novos Desafios na América Latina", organizado pela Universidade do Chile, em Santiago. Na sexta, ele permanece em Santiago, onde participa de evento promovido pelo Banco Central do Chile.

## **Opção de investimento oferece ganhos de ações com garantias da renda fixa**

11/11/2016 –Tribuna PR



Um produto que dá a possibilidade de ganhos semelhantes aos da renda variável e que garante o retorno do capital investido em caso de oscilações negativas chama a atenção dos investidores brasileiros.

Os COEs (Certificados de Operações Estruturadas) são ativos com rendimentos vinculados a índices - como o Ibovespa e indicadores econômicos --, empresas e commodities que prometem retornos superiores à taxa de juros, mas sem oferecer os mesmos riscos destas opções.

Lançados no mercado em 2014, os ativos somam R\$ 9,4 bilhões em estoque, conforme levantamento da Cetip. Entretanto, foi a partir de fevereiro deste ano, quando as corretoras independentes foram autorizadas a vendê-los, que os títulos ganharam destaque entre os investidores.

O sócio-diretor da Easynvest, Marcio Cardoso, aponta que outro motivo para a sua popularização foi a necessidade de as instituições financeiras captarem dinheiro no mercado diante da redução de outros instrumentos, como os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e as Letras de Crédito Imobiliárias e do Agronegócio (LCIs e LCAs).

Como os COEs trabalham com perspectivas de ganhos futuros, o mercado financeiro impõe "travas" para os seus rendimentos. Logo, se o investidor comprar papéis ligados ao ouro com pagamento de juros de 20% em dois anos, mas os ganhos do metal ficarem acima do previsto, os aplicadores ganharão no máximo a porcentagem contratada.

O sócio-diretor da Unique Investimentos, Luiz Arnaldo Ferraz, afirma que esses títulos privados atraem investidores com perfis moderados a agressivos, que veem nos certificados uma janela de ganhos maiores que os da renda fixa, que tende a cair caso a trajetória de queda dos juros se mantenha.

### ***Precauções***

Embora a maioria dos COEs possua capital garantido, não são todos que protegem as aplicações iniciais. De acordo com a Cetip, os certificados com esta característica representam cerca de 94% do total, o que exige cuidado na escolha do produto. Outro ponto a ser observado é que os certificados não são cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Portanto, é preciso ficar atento à solidez do emissor dos títulos.

A liquidez, que é o tempo necessário para sacar o dinheiro, é outra característica a ser considerada. A carência costuma ir de seis meses a dois anos, e para resgatá-los antes do prazo é preciso se sujeitar ao valor oferecido pela instituição financeira, o que pode trazer perdas ao investidor. A partir de R\$ 5 mil é possível adquirir um COE e a tributação é a mesma da renda fixa, que vai de 22,5%, para seis meses, a 15%, para mais de dois anos.

O sócio da Inva Capital, Luiz Augusto Pacheco, avalia que, para os investidores com apetite ao risco, as ações ou os fundos de renda variável podem ser mais vantajosos que os certificados, já que não têm travas que limitem os ganhos, ampliando os rendimentos.

### ***Raio-X dos COEs***

#### ***Definição***

Os COEs (Certificados de Operações Estruturadas) são instrumentos de captação de recursos usados pelos bancos com características da renda fixa e ganhos de renda variável.

#### ***Composição***

A composição depende da demanda dos consumidores, podendo ser compostos por índices da Bolsa, por empresas ou commodities. Já os ganhos são limitados por "travas" conforme as perspectivas do mercado futuro.



### **Custo**

A partir de R\$ 5 mil já é possível adquirir um certificado. Não há taxas de administração e a tabela do IR é a mesma da renda fixa, que vai de 22,5%, para seis meses, a 15%, para mais de dois anos.

### **Liquidez**

A liquidez também varia, mas costuma ficar entre os seis meses e os dois anos. Os COEs não são vendidos na Bolsa. Portanto, para resgatá-los antes é preciso negociá-lo com a instituição emissora.

### **Riscos**

Os certificados não são cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o que exige que o investidor fique atento para a solidez da instituição emissora. Além disso, há o custo da oportunidade caso o produto tenha perdas em detrimento de outros.

### **Perfil**

Os ativos são indicados para aplicadores com perfis moderado e agressivo e que procuram ganhos maiores que os da renda fixa sem correr os mesmos riscos de perdas da renda variável.

## **Acordo quer facilitar acesso de pequenas empresas de SP a mercado árabe**

11/11/2016 – Bem Paraná

Pequenas e médias empresas de São Paulo terão acesso facilitado ao mercado árabe. Acordo firmado entre a Investe São Paulo, agência de investimentos ligada ao governo do Estado, e a DP World, administradora de uma zona franca em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, garante apoio e instalação no local a preços reduzidos.

Com a proposta de funcionar com um centro de distribuição, o ponto, localizado na zona franca do porto de Dubai, será utilizado para chegar aos mercados dos países do norte da África e do Golfo Pérsico -sobretudo o Irã, uma das economias mais pujantes da região após a suspensão das sanções impostas ao país por causa de seu programa nuclear.

A meta é selecionar 15 empresas participantes do programa SP Export, voltado para promoção de comércio exterior de empresas sediadas no Estado. Na zona franca, conhecida como Jafza, elas terão espaço para montar um escritório de representação e um estoque, pagando aproximadamente US\$ 500 por mês, diz Juan Quirós, presidente da Investe SP.

O valor representa um desconto de 35% em relação ao que é cobrado de outras empresas instaladas na zona franca. Em 2015, o volume de negócios realizados entre Brasil e Jafza foi de US\$ 754 milhões, de acordo com o sultão Ahmed Bin Sulayem, presidente-executivo da DP World.

O anúncio foi feito nesta quinta (10) durante palestra no Fórum de Comércio Global, em Dubai, que tenta aproximar países do Golfo Pérsico aos da América Latina. A prioridade é selecionar negócios nos setores agropecuário, médico-hospitalar e cosmético.

A região do Golfo, dependente da produção petrolífera, importa quase tudo o que consome, e, por ser em boa parte desértica, tem uma preocupação estratégica com segurança alimentar.

Não há previsão de financiamentos específicos para a iniciativa. A logística de transporte dos produtos de São Paulo para a região será feita pela DP World. O acordo, assinado na terça (9), foi firmado entre a Investe SP e a DP World, com apoio da Apex-Brasil (agência de promoção de exportações do governo federal).

## **Detran Paraná e Banco do Brasil facilitam pagamentos de guias**

11/11/2016 – Bem Paraná

O Governo do Paraná e o Banco do Brasil lançaram nesta quinta-feira (10) uma facilidade inédita para proprietários de veículos e motoristas paranaenses. Agora, é possível pagar guias, com código de barras, do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/PR) nos terminais de autoatendimento do BB com cartões de débito de todos os bancos. O lançamento foi em solenidade, na sede do Tarumã do Detran, em Curitiba, por dirigentes das duas instituições.

Com a novidade, os usuários do Detran Paraná que são clientes de bancos ainda não conveniados à autarquia terão 40 mil equipamentos disponíveis em todo o país para quitar taxas de serviços, licenciamento e multas estaduais.

“O serviço já está implantado e funciona para qualquer cartão de débito com chip. Nossa intenção é justamente facilitar os processos”, explica o diretor-geral do Departamento, Marcos Traad.

**PASSO A PASSO-** Para usar a facilidade é simples. Primeiro, insira o cartão do seu banco no terminal do BB.

Assim, o sistema vai iniciar a tela para pagamento das taxas do Detran. Será necessário inserir seu CPF e telefone, para permitir o contato em caso de algum problema. Use o código de barras e faça o pagamento pelo débito.

Só no Paraná, a rede de autoatendimento do BB conta com 2.396 equipamentos. Esta é a primeira vez que um órgão público brasileiro permite pagamentos de guias com cartão multi-banco desta forma, o que já é considerado uma inovação no relacionamento com os usuários e um avanço na prestação de serviços.

“Essa parceria demonstra a nossa preocupação em inovar e disponibilizar novas opções de pagamentos para os cidadãos, com foco em facilitar o dia a dia, reduzir o tempo gasto para liquidar uma multa ou taxa e gerar uma experiência positiva, independente se os usuários são clientes ou não do Banco. Temos certeza que essa novidade trará benefícios para toda a sociedade”, disse o vice-presidente de Governo do Banco do Brasil, Júlio César Alves de Oliveira.

Para o Superintendente Estadual de Varejo e Governo do BB no Paraná, Neirim Goulart Duarte, a sinergia do Banco com o Governo do Estado do Paraná e o Detran foi fundamental. “Com a união entre as instituições conseguimos coletar melhor as necessidades dos usuários e atender de forma mais moderna, ágil e eficiente”.

**MAIS OPÇÕES:** Além dos terminais do BB, os motoristas paranaenses podem pagar guias nos equipamentos de autoatendimento do próprio Detran.

São 263 máquinas, em 176 cidades do Estado, que permitem consultas, agendamento de exames e impressão de guias, sendo que 19 já aceitam pagamento via cartão. Até julho de 2017, todas deverão permitir pagamentos.

## **Correios fazem plano de demissão para economizar até R\$ 1 bi por ano**

11/11/2016 – Bem Paraná

O presidente dos Correios, Guilherme Campos, anunciou nesta quinta-feira (10) que até dezembro deverá iniciar um plano de demissão em que espera ter a adesão de 8.000 trabalhadores da estatal. Segundo Campos, a economia com os cortes será de entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão por ano com a folha salarial, que representa dois terços dos custos.

A economia na folha ainda seria insuficiente para acabar com o prejuízo e, segundo ele, serão necessários outros cortes, principalmente em comissões pagas a quem trabalha em cargos administrativos.

De acordo com o presidente, o plano deve custar até R\$ 2 bilhões para a empresa que pretende pagar salários por 10 anos para quem aderir, considerando a média salarial do servidor e o tempo de serviço na empresa. A adesão deverá ocorrer até abril de 2017.

Ele afirma que a empresa está em situação grave, com prejuízo acumulado por dois anos e previsão de novo déficit em 2016 de R\$ 2 bilhões para uma receita estimada em R\$ 20 bilhões. Além disso, está perdendo mercado no mercado de encomendas, sua principal receita.

Por isso, o plano, que ele chamou de "bom" para os funcionários, precisa ser executado para evitar "medidas mais graves", como a demissão direta. "Hoje não dependemos dos nossos controladores e somos uma estatal dependente. Sem isso, vamos ser uma estatal dependente o que muda completamente", afirmou Campos.

Os Correios têm hoje 117 mil funcionários. Os elegíveis para aderir ao plano, funcionários com mais de 55 anos e com tempo para aposentadoria, são em geral da área administrativa, onde a estatal quer fazer a maior parte dos seus cortes.

Também está em negociação, com 36 sindicatos e duas federações de trabalhadores, a redução dos custos com o plano de saúde dos servidores que foi de R\$ 1,6 bilhão ao ano. "O controlador paga 93% dos custos. Temos mais de 400 mil vidas no plano. É uma trajetória insustentável", afirmou Campos.

CENÁRIO Campos afirmou que a empresa precisa se preparar para um novo cenário em que a parte que tem como monopólio, a entrega de cartas, vai cada vez mais diminuir; e vai crescer a área em que ela tem que concorrer: o serviço de entrega de encomendas.

Para evitar a perda de mais clientes no setor de cartas, Campos afirmou que a empresa analisa se vai ou não aumentar as tarifas do setor que estavam defasadas em relação à inflação pela falta de correção nos governos anteriores. Nas encomendas, os Correios perderam mercado nos últimos anos, reduzindo sua participação no setor de mais de 50% para menos de 40%.

Segundo ele, a empresa tem a marca de referência, o Sedex. O presidente também afirmou que estão em fase final de solução para a contratação do serviço de aviação para a empresa, que foi contestado pelo Tribunal de Contas recentemente. Além disso, a empresa lançará ainda este ano um serviço de telefonia com a venda de chips para celulares.

O presidente afirmou ainda que o leilão para encontrar um banco parceiro para o chamado Banco Postal, que se encerra nesta sexta-feira (11), seja bem sucedido, mesmo com alguns grandes bancos do país afirmando que não vão fazer proposta. "Quem desdenha quer comprar", disse Campos.

## **Embraer negocia acordo de layoff para até 2.000 empregados**

11/11/2016 – UOL Economia

A fabricante de aeronaves Embraer informou nesta quinta-feira (10) que iniciou a negociação de acordo de dispensa temporária de funcionários (layoff) com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Segundo a companhia, a proposta contempla a suspensão temporária dos contratos de trabalho por 2 a 5 meses, em grupos. O programa visa a atingir até dois mil empregados, todos da unidade de São José dos Campos.

A duração prevista do programa é de dois anos, começando a partir de janeiro de 2017 e terminando em dezembro de 2018, atingindo inicialmente equipes de produção, mas podendo ser estendido para outras áreas.

A próxima reunião sobre o tema está agendada para 23 de novembro, afirmou a Embraer em comunicado.

## **Programa de Proteção ao Emprego preservou 63 mil vagas, diz governo**

11/11/2016 – G1

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) preservou 63.345 postos de trabalho desde que foi criado, em julho de 2015, informou nesta quarta-feira (9) o Ministério do Trabalho, que divulgou um balanço de adesão das empresas.

Segundo o governo, 116 empresas já aderiram ao PPE, com pagamentos de R\$ 169,32 milhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outros 34 pedidos de adesão estão em análise no Ministério do Trabalho.

Nas empresas que aderem ao PPE, o trabalhador tem a jornada e o salário reduzidos em 30%. Entretanto, o governo paga um complemento, que corresponde à metade da perda salarial do empregado. Na prática, portanto, o trabalhador tem o salário reduzido em 15%.

Essa ajuda do governo é paga com recursos do FAT. Fora do programa, não há essa compensação e a redução salarial pode ser maior, desde que aceita pelo sindicato. Em troca, a empresa fica impedida de demitir.

Muitas indústrias, porém, tiveram dificuldade em aderir ao programa. Para se enquadrar, é preciso estar em dia com as obrigações trabalhistas e comprovar que demitiu mais trabalhadores do que contratou nos últimos 12 meses. Também é necessário ter esgotado o uso do banco de horas e períodos de férias, inclusive as coletivas.

Para o governo, entretanto, o programa já superou as expectativas. O Ministério do Trabalho informou nesta quarta-feira que a expectativa inicial do governo era de assegurar a manutenção de 50 mil empregos, meta já alcançada.

"O PPE é um programa alternativo à demissão. Além de manter o trabalhador no emprego, ao aderir ao Programa, a empresa continua recolhendo encargos sociais, impostos e FGTS dos trabalhadores", avaliou o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

O Ministério do Trabalho informou que a maior parte das adesões ao PPE está concentrada no setor fabril - com 97 pedidos, seguido do setor automobilístico, com 26 solicitações. Entre os estados, a maior parte das adesões se concentra em São Paulo (112), Rio Grande do Sul (19), Rio de Janeiro (18) e Minas Gerais (17), informou o governo.

O governo informou ainda que o período de adesão ao PPE vai até o fim deste ano, podendo as empresas participar do programa por um prazo de seis a 12 meses. Ainda não há decisão por parte do governo de prorrogar o prazo de adesão, informou o Ministério do Trabalho.

"Após a adesão, as empresas não podem dispensar os empregados que tiveram sua jornada de trabalho reduzida temporariamente. No final do período, o vínculo trabalhista terá estabilidade pelo prazo equivalente a um terço do período envolvido", explicou o Ministério do Trabalho.

## **Copel confirma o posto de maior empresa paranaense**

11/11/2016 – Bem Paraná

A Copel confirmou nesta quarta-feira (9) sua posição como maior empresa do Paraná, no tradicional levantamento Grande & Líderes – 500 Maiores do Sul, promovido há 26 anos pela Revista Amanhã. A cerimônia de entrega do prêmio ocorrerá no dia 17 de novembro, em Porto Alegre (RS).

No ranking da Região Sul, a Copel também foi reconhecida como maior empresa pública, maior do setor elétrico, quarta maior entre todas as listadas e quinto maior lucro líquido em 2015.

O setor público do Paraná conta, ainda, com as duas empresas listadas no ranking como líderes setoriais, no segmento de serviços públicos: a Sanepar, a maior do segmento, e a Ceasa – ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, como mais rentável do segmento de serviços públicos.

Já o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) ocupa 40ª posição entre as 500 maiores empresas do Sul, aponta o ranking. O Banco tem o sexto maior patrimônio líquido entre as 50 maiores empresas com sede no Rio Grande do Sul (R\$ 2,3 bilhões).

EXCELÊNCIA - "Este levantamento há muito se mostra como uma referência do desempenho para empresas privadas e públicas, e a longevidade da Copel entre as melhores e maiores do Sul do Brasil confirma a excelência de nossa gestão econômico-financeira", afirmou o presidente da Copel, Luiz Fernando Vianna.

"É principalmente uma boa notícia para o povo do Paraná, o principal acionista da Copel, a quem o bom desempenho da empresa reverte em dividendos que fomentam o desenvolvimento de nosso Estado", acrescentou.

CRITÉRIOS – O ranking é elaborado a partir de um indicador exclusivo criado pela consultoria PricewaterhouseCoopers e a Revista Amanhã, chamado Valor Ponderado de Grandeza (VPG), que considera o patrimônio líquido, receita líquida e lucro das empresas.

### **Apoio do BRDE presente no desempenho das empresas**

Posicionado em 40º lugar entre as 500 maiores empresas do Sul, o BRDE está presente com apoio no desempenho de várias dessas grandes empresas. "É o caso das cooperativas Coamo e C. Vale", disse o vice-presidente e diretor Administrativo do Banco, Orlando Pessuti, que participou do lançamento do ranking em Curitiba, na Federação das Indústrias do Paraná (Fiep).

O levantamento mostra que, em 2015, apesar do cenário econômico desfavorável, com queda expressiva do PIB nacional, as 500 maiores empresas da Região Sul tiveram um resultado em vendas de R\$ 514,6 bilhões em 2015, um aumento de 8,1% em relação ao ano anterior.

O Paraná lidera o ranking, com a soma de R\$ 16,9 bilhões em lucros em 2015. Santa Catarina somou R\$ 10,6 bilhões e o Rio Grande do Sul, R\$ 8,8 bilhões. O ranking pontua o desempenho de 181 empresas do Paraná, 188 do Rio Grande do Sul e 131 de Santa Catarina. A análise é feita com base em um indicador exclusivo, o VPG – Valor Ponderado de Grandeza.

Entre as 10 maiores empresas do Paraná, a Copel, que ocupa o primeiro lugar, é seguida pelo HSBC Bank Brasil S/A, Itaipu Binacional, Coamo Agroindustrial Cooperativa, Klabin, Banco Sistema S/A, Renault do Brasil, Sanepar, C. Vale Cooperativa Agroindustrial e a empresa ALL e Controladas. A Copel também lidera o ranking entre os 50 maiores patrimônios líquidos do Estado.

Entre as 10 maiores empresas do Sul, o Grupo Gerdau (RS) aparece em primeiro lugar, repetindo o desempenho de 2014, de acordo com o indicador VPG. Na relação, aparecem três empresas do Rio Grande do Sul, quatro de Santa Catarina e três do Paraná. Em relação ao maior lucro líquido, a Itaipu Binacional lidera o ranking.

“Lançamos a 26ª edição do ranking Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul com muito orgulho, o que só foi possível graças ao compromisso que temos com a credibilidade e a parceria com empresas sérias, de alta qualidade técnica”, afirmou o diretor de redação da Revista Amanhã, Eugênio Esber. A revista está completando 30 anos de circulação.

Esber citou o BRDE entre os parceiros dos 500 Maiores do Sul, destacando a presença do banco no desempenho de várias das empresas relacionadas no ranking. “O BRDE parabeniza a Revista Amanhã e a PwC pelo trabalho de pesquisa e análise feito, possibilitando que os dados sejam usados no planejamento das atividades da empresa”, disse o diretor Pessuti.

#### CONHEÇA AS 10 MAIORES EMPRESAS DO SUL (2015)

Grupo Gerdau (RS)

BRF Brasil Foods (SC)

Bunge Alimentos (SC)

Copel e Controladas (PR)

HSBC Bank Brasil S/A (PR)

Sicredi (RS)

Banrisul (RS)

Grup Weg (SC)

Itaipu Binacional (PR)

Engie Brasil Energia (SC)

#### AS 10 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ

Copel e Controladas

HSBC Bank Brasil S/A

Itaipu Binacional

Coamo Agroindustrial Cooperativa

Klabin

Banco Sistema S/A

Renault do Brasil

Sanepar  
C. Vale Cooperativa Agroindustrial

ALL e Controladas.

## Indústria critica plano de incentivo a fabricantes do setor de petróleo

11/11/2016 – Folha de S. Paulo



O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse à **Folha** que o governo vai "flexibilizar" as regras de conteúdo local no setor de petróleo e deve prorrogar o programa de isenção tributária para compra de equipamentos petrolíferos, chamado de Repetro, por mais 20 anos.

Segundo ele, as medidas, que devem ser lançadas no mês de dezembro, têm o objetivo de tornar o setor de óleo e gás mais competitivo.

A renovação do Repetro, programa especial de tributação de exportação e importação de bens destinados à exploração de petróleo e gás natural que vence em 2019, é reivindicada pelas empresas.

Segundo petroleiras, sua extinção representaria perda de competitividade e redução de investimentos no setor.

Fernando Coelho informou ainda que o governo deve incluir, no cálculo de conteúdo local, investimentos realizados em fábricas.

"Vamos reduzir exigências e aumentar itens que podem ser computados como conteúdo local, num mix que vai criar algo mais realista, um processo que ajude o setor, e não prejudique a indústria."

Nesta semana, o governo divulgou a minuta com as novas regras para os leilões de 2017, mas não agradou nem a petroleiras nem a fabricantes de máquinas e equipamentos. O documento ficará em consulta pública até o dia 18, período em que os interessados poderão enviar propostas de aperfeiçoamento.

O presidente-executivo da Abimaq, José Velloso, disse que a proposta representa "o fim" do conteúdo local.

Ele critica o conceito de "conteúdo local global", que extingue a planilha de bens que precisam ter índice de nacionalização e cria um percentual para todo o investimento. "Agora, até advogado vai virar conteúdo local."

A entidade vai propor que o percentual seja dividido por grandes grupos de equipamentos, como cascos. A Abimaq defende ainda a ampliação do programa de incentivos fiscais para equipamentos petrolíferos.



"Nos últimos dez anos, o governo e a Petrobras foram ao exterior atrair empresas para o Brasil. Conseguiram US\$ 60 bilhões em investimentos em capacidade produtiva e agora vemos esse cavalo de pau nas regras", diz.

Para o Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), que representa as petroleiras, a proposta simplifica as regras, mas ainda não resolve totalmente a questão das multas pelo não cumprimento das obrigações, uma das principais bandeiras do segmento.

O documento trata apenas de regras para os leilões de 2017. Para o leilão de campos marginais, elimina a obrigação de compras no país. Para o pré-sal, determina percentuais obrigatórios semelhantes aos das áreas adjacentes às reservas, concedidas em licitações anteriores.

Na maior parte dos casos, são percentuais menores do que o primeiro leilão do pré-sal, que estipulou conteúdo local mínimo de 55%. Agora, variam entre 30% e 65%.

## **Lucro líquido da Marcopolo quase triplica em um ano**

11/11/2016 – Automotive Business

O lucro líquido da Marcopolo quase triplicou em um ano: entre janeiro e setembro de 2016 o resultado chegou a R\$ 230,5 milhões contra os ganhos de R\$ 79,2 milhões registrados em igual período do ano passado, informa em comunicado divulgado ao mercado financeiro. O lucro por ação fechou o período em R\$ 0,25 contra os R\$ 0,08 de um ano antes.

Diferentes fatores contribuíram para o desempenho, entre eles o bom resultado da encarroçadora no exterior, a consolidação dos resultados da Neobus a partir de agosto e a entrada de R\$ 339,9 milhões no caixa com a venda da participação da New Flyer do Canadá.

Apesar do lucro robusto, a empresa viu seu faturamento cair 10% na mesma base de comparação, passando de R\$ 1,95 bilhão para R\$ 1,75 bilhão, sendo 42,8% de origem no segmento rodoviário, 34,4% no urbano e 10,5% da Volare.

Parte da receita menor está na queda de 30,3% da produção acumulada dos nove meses do ano, de 8,76 mil para 6,11 mil unidades, devido à baixa demanda do mercado interno.

Enquanto no exterior a Marcopolo produziu 3,12 mil ônibus neste ano contra os 3 mil do ano anterior, no Brasil a produção recuou de 5,76 mil para 2,98 mil no mesmo período. Com isto, sua participação recuou de 40% para 38,9% dentro de um volume total de 10,97 mil ônibus produzidos no País.

A receita no Brasil resultou em R\$ 565,8 milhões, 40,8% abaixo dos R\$ 956,4 milhões de um ano antes, enquanto a receita no exterior recuou apenas 0,5%, para R\$ 541,7 milhões. As exportações a partir do Brasil somaram R\$ 648,7 milhões, ajudadas pelo câmbio, uma alta anual de 43,8%.

A empresa prevê a manutenção dos atuais níveis de exportação em razão da demanda aquecida do mercado externo. Ainda que o real tenha se valorizado quase 20% no ano, as exportações seguirão sustentando os resultados e a produção da empresa no Brasil, especialmente de veículos rodoviários pesados.

No mercado interno, a demanda continua deprimida e ainda sem sinais de retomada. No segmento de rodoviários, entretanto, ocorreu um aumento pontual de pedidos, decorrente com a proximidade do período de férias de verão.

Além disso, a empresa firmou novo contrato para o fornecimento de 200 ônibus escolares para o programa Caminho da Escola, que começaram a ser produzidos neste último trimestre

## Fundo estuda fazer carro elétrico no Brasil

11/11/2016 – Automotive Business



A exposição pela primeira vez ao público no Brasil de um modelo elétrico da Tesla, o cupê esportivo Model S 70D exibido ao lado de outras supermáquinas no Espaço dos Sonhos desta edição do Salão do Automóvel de São Paulo (10 a 20 de novembro no SP Expo), representa o início de um projeto para se fabricar carros elétricos no País.

“São três passos. O primeiro é começar a vender os Tesla no Brasil, com a inauguração há uma semana de nossa primeira loja na Avenida Europa, em São Paulo. O segundo são investimentos de grande porte para a implantação de tecnologias alternativas de geração e distribuição de energia. A terceira etapa seria a produção aqui de veículos elétricos em momento adequado”, informa Luciano Di Claro, CEO da Elektra Motors, que já começou a importar e vender automóveis Tesla no mercado brasileiro.

“Acho que será possível iniciar a fabricação de carros elétricos no País em mais dois ou três anos, não quero esperar mais do que isso”, afirma Di Claro, que também é presidente do Prudent Group, um fundo de investimento internacional domiciliado em Luxemburgo e com foco em financiar negócios inovadores no Brasil.

“Nossa estratégia é levantar recursos para investir em boas oportunidades no mercado brasileiro. Em mais alguns anos os veículos elétricos têm bom potencial aqui, principalmente se forem produzidos modelos mais acessíveis”, justifica.

O executivo lembra que já existe uma empresa que vai criar uma rede de 20 pontos de recarga rápida de baterias em postos de combustíveis no País. “Quando essa infraestrutura estiver pronta vai facilitar a expansão do segmento de elétricos”, diz.

### **TESLA NO BRASIL**

Di Claro afirma que a Elektra Motors pretende vender a linha completa de modelos elétricos da Tesla no Brasil.

Por enquanto, já estão no País três cupês Model S 70D: um está na primeira e recém-inaugurada loja brasileira da marca na requintada Av. Europa, em São Paulo, e outros dois estão no Salão do Automóvel – um deles exibido no Espaço dos Sonhos do SP Expo, bem ao lado de uma Ferrari California, e outro do lado de fora do pavilhão, onde será demonstrado o piloto automático do carro, que conduz o veículo no estacionamento sem motorista.

“Já temos três outros carros embarcados, estão no mar a caminho do Brasil, e encomendamos 15 na fábrica da Tesla”, informa o executivo.

O Model S 70 será vendido no mercado brasileiro por preços entre R\$ 700 mil e R\$ 785 mil, dependendo da configuração.

O carro tem tração integral e desempenho esportivo. Com potência equivalente a 329 cv, acelera de 0 a 100 km/h em 4,5 segundos e chega à máxima de 240 km/h. A autonomia das baterias é de 400 km e a recarga completa dura cerca de 7 horas em uma tomada doméstica de 220 V.

“Todos os Tesla têm sistema inteligente de recarregamento das baterias, que monitora o consumo de energia na residência e reduz automaticamente a intensidade da recarga quando o uso no resto da casa está mais alto, para evitar sobrecarga e apagões”, explica Di Claro. O modelo também se conecta automaticamente a internet para fazer atualizações de seus sistemas.

Para 2017 a intenção é começar a vender outros modelos ainda mais caros da Tesla no Brasil, incluindo o SUV Model X, que deverá custar acima dos R\$ 800 mil, assim como o superesportivo Model S P100, versão que tem a aceleração mais rápida do mundo, de 0 a 100 km/h em apenas 2,5 segundos.

Também está nos planos trazer no ano que vem ao mercado brasileiro o mais barato dos Tesla, o hatch Model 3, que por aqui, segundo estima Di Claro, deverá custar cerca de R\$ 200 mil.

## **Produção de motos recua 31% em 2016**

11/11/2016 – Automotive Business

As fábricas de motos instaladas em Manaus produziram em outubro 71,2 mil unidades, volume 11,5% menor que o mês anterior. No acumulado do ano foram montadas 784,1 mil unidades, 31% a menos que no mesmo período do ano passado. Os números são da Abraciclo, entidade que reúne empresas do setor.

As vendas no atacado (feitas das fabricantes às concessionárias) somaram 59,1 mil motos em outubro, 22,5% a menos que em setembro. No acumulado do ano foram revendidas 742,6 mil unidades, resultando em queda de 29,3% ante os mesmos dez meses de 2015.

“Os números ainda refletem as incertezas da economia e, apesar do cenário adverso, ainda acreditamos numa ligeira recuperação até o fim do ano com a chegada do verão, que estimula o uso das motos, e o pagamento do 13º salário”, afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.

Os números de emplacamentos até outubro divulgados pela Abraciclo apontam 749,8 mil motocicletas licenciadas, 27% a menos que em igual período de 2015.

O total informado pela entidade é menor que o da Fenabrave (840,9 mil unidades) porque subtrai 91 mil ciclomotores usados, mas lacrados como zero-quilômetro por causa de uma mudança no código de trânsito ocorrida há pouco mais de um ano. A média diária de motos novas lacradas anda abaixo de 3,2 mil unidades.

As exportações também mantêm um ritmo fraco em 2016. De janeiro a outubro o Brasil embarcou apenas 48,7 mil unidades, 14,4% a menos que em igual período de 2015. O resultado já era esperado por causa da diminuição dos embarques à Argentina.

## FCA trabalha na maior renovação da história da Fiat

11/11/2016 – Automotive Business



Entre mortos e feridos, a FCA sairá mais forte da crise que derruba as vendas de veículos no Brasil. Ao menos é o que garante Stefan Ketter, o presidente da companhia para a América Latina. “Nunca fizemos tantos lançamentos em um ano. Estamos começando a recuperar o espaço perdido pela Fiat no Brasil”, diz, se referindo à chegada do compacto Mobi, da picape Toro e do Jeep Compass, segundo carro da marca fabricado na fábrica pernambucana de Goiana.

Ele diz que, mais do que gerar volume e market share, cada veículo da companhia precisa gerar valor para a marca, independentemente do segmento. É o que a empresa parece estar alcançando com a Toro, que já está entre as picapes mais vendidas do país, com volume superior ao projetado inicialmente. A FCA trabalha ainda para fazer o mesmo com o Mobi, que começou mal no mercado, mas passa a apresentar resultados mais interessantes.

“Outubro foi o melhor mês de vendas para este modelo. Nunca quisemos vender ele como o carro mais barato do Brasil, mas como uma solução inteligente de mobilidade. O objetivo é gerar imagem coerente e sustentável. Vender por preço é destruição de valor para a marca”, conta o executivo, indicando que a empresa se reinventa ao desapegar da filosofia que tornou o Mille sucesso tão grande no passado.

“Estamos na maior renovação da história da marca Fiat”, destaca. Ketter esclarece que depois de trazer novidades para as duas pontas do portfólio com o compacto e a picape, é a hora de atualizar modelos médios. A ideia é manter o ritmo de lançamentos, com uma novidade a cada semestre.

Ao apostar na qualidade e boa oferta de produtos, Ketter quer intensificar as exportações. Ele promete novidades em breve para a Toro e quer seguir nestas negociações até construir participação consistente no mercado externo.

“O projeto de exportação não pode ser oportunista, priorizado só quando o mercado brasileiro está ruim. É algo que tem que ser feito de forma real e sustentável para sempre”, defende. Na FCA, o foco permanente nas exportações foi um dos fatores levado em conta na construção da fábrica da Jeep em Goiana (PE), aponta Ketter. Segundo o executivo a unidade foi erguida para ser competitiva internacionalmente.

### **2017 AINDA MELHOR**

Com tantas novidades, o presidente da FCA diz que a empresa fechará 2016 com resultado positivo, com lucratividade mesmo no contexto desafiador. A intenção é seguir assim em 2017, talvez em um cenário um pouco mais favorável, com discreta expansão do mercado nacional.

“Espero que a gente volte para o mercado real”, diz, destacando que, na crise, aumentou muito a participação das vendas diretas nos emplacamentos, algo que distorce os números. Ele quer crescer no varejo.

Ketter lembra que o ano que vem será ainda mais importante para o setor automotivo por causa do Inovar-Auto, regime automotivo que termina em outubro. É essencial, ele diz, definir nova política industrial para dar continuidade ao programa. Desta vez

a visão deve ser de longo prazo, com foco em reconstruir a cadeia de fornecedores e buscar acordos de comércio internacional.

Definir novas metas de eficiência energética é outra ação indispensável para o executivo. "A primeira fase do programa nos colocou dentro da indústria global. Agora temos que continuar. Sem novas regras vamos ficar defasados em 2020 e não conseguiremos competir globalmente", avalia.

## Volkswagen de Taubaté chega a 6,5 milhões de veículos produzidos

11/11/2016 – Automotive Business



Ao mesmo tempo em que completa 40 anos de operações, a fábrica da Volkswagen em Taubaté (SP) alcança o volume de 6,5 milhões de veículos produzidos no período. Inaugurada em 1976, a unidade do interior paulista é responsável pela montagem dos modelos Gol, Voyage e Up!, inclusive sua versão Cross Up!.

O modelo que completou este volume é um Up! Track, série especial equipada com o motor 1.0 de até 82 cv que a montadora está lançando no Salão do Automóvel de São Paulo.

"É impossível pensar nos 63 anos da Volkswagen do Brasil sem contar com os 40 anos de forte presença e contribuição da unidade de Taubaté. Marcada pelo pioneirismo, inovação e sustentabilidade, a unidade produz modelos de grande volume e importância para a marca, que juntos representam cerca de 10% do total das vendas de automóveis no País e são nossos principais produtos para exportação", afirma o presidente e CEO da Volkswagen do Brasil, David Powels.

Considerada pela própria empresa uma de suas fábricas mais modernas no mundo, a unidade de Taubaté recebeu investimentos recentes na ordem de R\$ 1,2 bilhão para a produção do Up!, que começou a ser montado em 2014.

Já para produzir os novos Gol e Voyage, lançados em fevereiro deste ano, a fábrica recebeu alterações importantes na sua linha de produção, como parte dos investimentos de R\$ 363 milhões para o desenvolvimento dos modelos, que também incluiu a modernização do processo produtivo e o treinamento dos metalúrgicos tanto da planta do Vale do Paraíba quanto da Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP).

Segundo a montadora, a maior mudança na unidade de Taubaté ficou por conta do aumento da quantidade de itens tecnológicos que os operadores instalam nos modelos.

"A fábrica de Taubaté não parou de se modernizar nesses 40 anos. Hoje, com alguns dos processos produtivos mais evoluídos do Grupo Volkswagen, como as áreas de pintura e de armação, que se equiparam às das fábricas europeias, produzimos modelos com tecnologias globais, que têm conquistado os consumidores brasileiros e os mercados para exportação", afirma o diretor da fábrica de Taubaté, Marcos Aparecido Ruza.

## **Jaguar mostra no País seu carro mais potente**

11/11/2016 – Automotive Business



O destaque da Jaguar para o Salão do Automóvel 2016 (de 10 a 20 de novembro no São Paulo Expo) é o modelo F-Type SVR, o carro mais potente em produção pela fabricante inglesa de esportivos. Seu motor 5.0 V8 tem 575 cavalos.

O preço inicial é de R\$ 459.092. De acordo com a Jaguar ele acelera de zero a 100 km/h em apenas 3,7 segundos e atinge os 321 km/h de velocidade máxima.

A lista de opcionais eleva o preço para cerca de R\$ 580 mil e inclui rodas especiais, freios de carbono-cerâmica, som Meridian de 825 watts, sistema de acesso ao interior e partida sem chave, mais teto e outros detalhes feitos de fibra de carbono.

As vendas da Jaguar até outubro deste ano foram próximas a 600 unidades e a marca cresceu cerca de 60% sobre o mesmo período do ano passado.

## **Volkswagen terá novo vice-presidente de suprimentos**

11/11/2016 – Automotive Business



A Volkswagen anuncia que a partir do próximo 1º de dezembro Heiner Lanze assume a vice-presidência de suprimentos sucedendo a Josef Baumann, na filial brasileira há pouco mais de 3 anos e que no mesmo mês retornará à Alemanha para um novo cargo também na área de suprimentos.

Lanze será o responsável pela área em toda a região da América do Sul e Brasil. No Grupo Volkswagen desde 1993, iniciou sua carreira na área de forward sourcing, na sede mundial de Wolfsburg, na Alemanha.

Entre 1997 e 2003, o executivo assumiu diferentes funções em compras produtivas dos segmentos químico e elétrico na VW México, retornando à Wolfsburg como gerente de motores.

Em 2007 teve passagem pela Audi na área de compras produtivas dos segmentos exterior e powertrain, até assumir a vice-presidência de suprimentos na Scania Latin America em 2014 antes de retornar à Volkswagen.



## **Lifan X60 recebe câmbio CVT e novo desenho**

11/11/2016 – Automotive Business



Com sua fábrica parada no Uruguai desde o primeiro semestre por causa da retração do mercado, a Lifan aposta na chegada do utilitário esportivo X60 com transmissão automática CVT para recuperar espaço. O modelo está no Salão do Automóvel 2016 (de 10 a 20 de novembro no São Paulo Expo) com a nova transmissão e mudanças de estilo importantes na dianteira.

A empresa espera retomar a produção uruguaia no início de 2017 com modelo atualizado, o que depende da redução do estoque, superior a 600 unidades na soma da picape utilitária Foison, do sedã LF 530 e também do X60.

Outro lançamento da Lifan mostrado no salão é o X80, SUV de grande porte, para sete pessoas, equipado com motor 2.0 turbo. O modelo será lançado na China no primeiro semestre.

Poderá desembarcar aqui em 2018 vindo direto do país asiático, pois não há intenção de montá-lo no Uruguai como ocorre com os outros três modelos

## **País vai contestar na OMC sobretaxa dos EUA ao aço**

11/11/2016 – Inda

O Brasil vai acionar nos próximos dias o mecanismo de disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os EUA. A ação estava prevista, mas sua formalização agora coincide simbolicamente com a eleição de Donald Trump para a Casa Branca, impulsionada por uma agressiva retórica protecionista.

O país contestará a imposição por Washington de sobretaxas em produtos siderúrgicos exportados pela CSN e pela Usiminas, num caso que poderá ser teste importante sobre o uso crescente de sobretaxas para barrar o produto importado.

"A decisão brasileira de acionar a OMC não está relacionada com a eleição americana", afirmou o subsecretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey. "Trata-se de problema global do aço, mas qualquer tendência protecionista nos preocupa."

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) já tinha dado o sinal verde para a contestação aos EUA na OMC. No entanto, observadores na cena comercial notam que, diante de uma nova postura isolacionista e protecionista em Washington, a ação brasileira parece oportuna.

Atordoada com a derrota democrata, a administração Obama pode não ter ânimo para levar adiante rapidamente consultas com o Brasil sobre o aço, como exigem as regras da OMC antes de o país decidir acionar os juízes da entidade com abertura de painel.

Depois de 20 de janeiro de 2017, quando Trump assume, haverá um período de vácuo na administração e falta de interlocutores, pela demora habitual de três a seis meses na aprovação dos novos nomes no Congresso. Mas o caso do aço contra Washington



vai ser um teste sobre a proliferação do uso de instrumentos de defesa comercial, que só está piorando a situação das trocas globalmente.

Independentemente do fato de o Brasil também ter aplicado sobretaxas contra o aço, o governo brasileiro considera que o uso abusivo de medidas compensatórias e antidumping acaba reduzindo mais a demanda. Países desenvolvidos dizem que a China precisa reduzir sua capacidade e que as empresas chinesas são turbinadas por subsídios, mas ninguém ignora que a demanda está deprimida, e não é culpa só dos chineses.

Washington notificou recentemente à OMC a aplicação de alíquotas extras sobre laminados a frio das duas empresas brasileiras, alegando que sete programas mostrariam subsídios. A taxa reduz a competitividade dos produtos brasileiros no mercado americano.

Para o Brasil, a investigação americana usou erroneamente certos programas como subsídios e que não constituiriam violação dos acordos da OMC, como o Reintegra, que devolve aos exportadores parte dos custos.

Os EUA retrucaram que sua investigação cumpriu com todos os requisitos estabelecidos pelas regras internacionais. Na OMC, vários países reclamam do número explosivo de medidas afetando importações de aço.

### **Bandeira tarifária deve voltar a ser verde em dezembro, diz secretário**

11/11/2016 – G1

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse nesta quinta-feira (10) que a bandeira tarifária pode voltar para a cor verde em dezembro, o que suspenderia a cobrança extra nas contas de luz. Em novembro, a bandeira mudou para a cor amarela devido à piora na condição dos reservatórios de hidrelétricas, após 7 meses na cor verde.

Segundo Pedrosa, a decisão sobre a bandeira é técnica, mas dados apresentados na reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que aconteceu na quarta (9), apontam previsão de chuvas na região dos reservatórios nas próximas semanas.

“Está se estabelecendo, finalmente, o mecanismo climático que cria um corredor em que a umidade da Amazônia flui para a área central [do país], aonde estão os reservatórios. Isso se reflete em chuvas e o preço da energia cai”, afirmou Pedrosa, após participar de um seminário sobre o setor elétrico no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), em Brasília.

No final de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica ([Aneel](#)) informou que os consumidores brasileiros voltariam a pagar a taxa extra das bandeiras tarifárias no mês de novembro. Com a fixação da bandeira de cor amarela, os consumidores vão pagar R\$ 1,50 para cada 100 kWh de energia consumidos.

A cobrança da taxa havia sido suspensa em abril deste ano, quando passou para a cor verde pela primeira vez desde que o sistema entrou em vigor, em janeiro de 2015.

## Entenda as bandeiras tarifárias



Pedrosa destacou que a decisão sobre a mudança na cor da bandeira cabe à Aneel e que o governo não vai mais interferir para iludir os consumidores em relação ao preço da energia no país.

“Nós estamos no período de chuvas do fim do ano, a bandeira foi acionada e não houve intervenção do ministério”, disse.

O secretário-executivo destacou que, com a sinalização correta de preço, os reservatórios brasileiros vão se recuperar e o país não vai viver mais a depreciação dos reservatórios que se viu no passado.

“A bandeira [o sistema de bandeiras tarifárias], muito possivelmente, deixará de existir, mas isso pela condição do sistema e não por um movimento nosso”.

### Leilões

Pedrosa afirmou que já no início do próximo ano o governo deve fazer um novo leilão para a construção de linhas de transmissão. Segundo Pedrosa, houve um acúmulo de uma demanda por transmissão no Brasil e isso exigirá uma quantidade maior de leilões.

O secretário destacou, no entanto, que espera que as sinalizações de mercado dadas pelo governo comecem a incentivar fontes mais próximas ao consumo, o que vai aumentar a participação de pequenas centrais hidrelétricas, por exemplo.

## Proposta para simplificar regras tributárias será analisada na CCJ

11/11/2016 – Portal Contábil



Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira (9), o Projeto de Lei do Senado (PLS) [406/2016 – Complementar](#), que altera o Código Tributário Nacional ([Lei 5.172/1966](#)) com o objetivo de simplificar o sistema tributário brasileiro. A proposta, resultado do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, foi aprovada pela Comissão Diretora do Senado e apresentada no Plenário na terça-feira.

Uma das alterações garante que os créditos devidos ao contribuinte, em caso de pagamento em excesso ou devolução por imposição legal, sejam corrigidos de acordo com os mesmos índices aplicados para as dívidas com a Fazenda Pública.

Isso valerá para qualquer tributo, inclusive os decorrentes de condenações judiciais da Fazenda.

Foram estabelecidos critérios para a imputação de responsabilidades aos sócios em caso de dissolução irregular da empresa. De acordo com o projeto, só haverá a imputação de responsabilidades se a pessoa jurídica for inexistente ou se a empresa deixar de apresentar à autoridade fiscal as declarações exigidas por dois anos consecutivos, e não for localizada pela Administração.

O texto prevê também a compensação tributária, isto é, a garantia aos detentores de créditos da possibilidade de compensá-los com qualquer tributo ou contribuição. A mudança sugerida no artigo 170 do CTN estabelece que a compensação pode se dar com todos os tributos, e não apenas com as contribuições previdenciárias, como ocorre atualmente. O mecanismo deverá ser estendido aos estados e municípios, desde que a compensação ocorra na mesma esfera da Administração.

Outra mudança é a exigência de que a fiscalização pelo Fisco tenha início somente por meio de ordem específica e devidamente fundamentada, excetuados os casos de flagrante.

Além disso, a existência de débitos com a Fazenda não poderá impedir o contribuinte de participar de licitações, de contratar com a administração pública, nem de realizar outros negócios jurídicos. Essas atividades só serão restritas para contribuintes declarados inaptos ou em caso de necessidade de registro especial de funcionamento.

Alguns dispositivos visam diminuir a burocracia nos negócios. A certidão de débitos tributários, por exemplo, deverá ser disponibilizada na internet e expedida em até 24 horas. O PLS 406/2016 simplifica ainda os procedimentos para inscrição e cancelamento no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), com o objetivo de agilizar a abertura e fechamento de empresas.

Ao anunciar a apresentação da proposta durante a sessão do Plenário na terça-feira, o senador Renan Calheiros, ressaltou a importância das mudanças que, segundo ele, vão ampliar a segurança jurídica, gerando tranquilidade e evitando surpresas para o contribuinte.

“São várias propostas de alteração do Código Tributário, mas algumas, em especial merecem um destaque por estabelecer uma isonomia, um equilíbrio já muito cobrado pela sociedade brasileira”, acrescentou.

Renan elogiou a contribuição da Comissão de Juristas da Desburocratização que elaborou o anteprojeto e destacou que os senadores agora terão oportunidade de aprimorar os textos propostos pelos juristas que participaram dos debates sobre o tema.

O anteprojeto foi entregue pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Campbell Marques, ao presidente Renan Calheiros, na manhã desta terça-feira.

Outra proposta com a finalidade de ampliar a desburocratização no país, também apresentada pela comissão de juristas e aprovada pela Comissão Diretora, começou a tramitar no mesmo dia.

É a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) [57/2016](#), que busca diminuir a burocracia em procedimentos fiscais e tributários, especialmente para municípios menores, prevê a elaboração de um Estatuto do Contribuinte e incentiva a aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.

11/11/2016 – Portal Contábil

Receita regulamenta procedimento amigável no âmbito das convenções e dos acordos internacionais destinados a evitar a dupla tributação (ADT).

Foi publicada hoje, no Diário Oficial da União, a IN RFB nº 1669/2016 que dispõe sobre o procedimento amigável no âmbito das convenções e dos acordos internacionais destinados a evitar a dupla tributação da renda de que o Brasil seja signatário.

O Brasil possui em vigor 32 acordos destinados a evitar a dupla tributação (ADT). Em todos eles há a previsão de "procedimento amigável", que visa estabelecer um canal específico de consulta dos contribuintes na hipótese de ocorrerem medidas, provocadas pelo Brasil ou pelo outro país signatário, que acarretem (ou possam acarretar) uma tributação em desacordo com o respectivo ADT.

A Instrução Normativa estabelece uma regulamentação específica para esse processo de consulta uma vez que ele possui características próprias que pode culminar, inclusive, no estabelecimento de um canal de discussão entre o Brasil e o outro país signatário do acordo.

Os pontos principais trazidos pela Instrução Normativa são:

- 1) O contribuinte, pessoa física ou jurídica, pode ingressar com requerimento quando considerar que medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem ou podem conduzir, em relação ao requerente, a tributação em desacordo com o ADT de que os Estados sejam signatários.
- 2) O procedimento amigável pode ser composto por:
  - I – fase unilateral, na qual a RFB recebe e efetua a análise interna do requerimento e, se possível, finaliza o procedimento; ou
  - II – fase bilateral, na qual a RFB trata com o outro Estado Contratante a fim de buscar uma solução para o caso.
- 3) O requerimento deverá ser apresentado na unidade da RFB mediante utilização do Formulário de Requerimento de Instauração de Procedimento Amigável conforme Anexo I da IN;
- 4) Na hipótese em que o procedimento amigável envolva crédito tributário passível de restituição, o requerente deverá apresentar pedido de restituição do crédito mediante utilização do formulário constante no Anexo III;
- 5) Na hipótese de se chegar a uma solução, ainda que parcial, a RFB emitirá despacho de implementação conferindo validade à solução encontrada.
- 6) A implementação da solução deve ser precedida de:
  - I – concordância do requerente e das pessoas relacionadas domiciliadas no exterior envolvidas na solução; e
  - II – comprovação de desistência expressa e irrevogável das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham o mesmo objeto do procedimento amigável e renuncia a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações.

[Veja na íntegra a Instrução Normativa 1669](#)

11/11/2016 – Portal Contábil

As reclamações mais constantes são:

- ✓ A contabilidade é apenas vista para apuração de impostos.
- ✓ Existência de Caixa 2.
- ✓ Falta de extratos bancários e informações sobre os respectivos lançamentos.
- ✓ Falta de informações para conciliações em duplicatas a receber, adiantamentos e fornecedores.
- ✓ Atraso na entrega de documentos, ou documentação entregue com má qualidade informativa, inidônea ou inexistente.

O que fazer nestes casos?

A rigor, não existe "caso perdido", pois a gestão de documentos e informações deriva da boa comunicação entre o contabilista e o usuário (cliente). No caso do cliente que apenas vislumbra a contabilidade como destinada à apuração de impostos, recomendo trazer informações gerenciais, indicando áreas onde, possivelmente, possa se aperfeiçoar a gestão empresarial.

No caso do "caixa 2", lembro-me da minha experiência como consultor empresarial: não se muda a cultura de uma empresa a curto prazo (paradigma: "se não tivermos caixa 2 não sobreviveremos no mercado..."), é preciso orientar o cliente (sobre os aspectos legais, patrimoniais e financeiros envolvidos, como risco da perda de controle) e interagir de forma a motivar ações substitutas (como planejamento tributário ativo) visando eliminar tal prática nociva no dia-a-dia e na cultura empresarial.

Pergunte (e tente responder ao cliente, baseado apenas em informações contábeis):

- ✓ Qual foi a evolução das suas receitas, ano a ano?
- ✓ Idem, o resultado por atividade (não apenas o resultado geral, mas por linha de produtos, serviços, etc.)?
- ✓ Idem, custos fixos e variáveis.
- ✓ Idem, tributação.
- ✓ Qual a produtividade por funcionário (incluindo terceirizados)?
- ✓ Houve alguma redução tributária baseada em planejamento fiscal? Quando? Quanto?
- ✓ A geração de riqueza (DVA) evidencia melhoria nos índices relativos a participação dos trabalhadores ou a gestão de RH tem se conformado com a simples administração burocrática?
- ✓ Juros, encargos financeiros e outros itens estão evoluindo mais que a receita? Quanto? Porque?

No caso de documentação, é evidente que um treinamento ou palestra interna, além do aperfeiçoamento na comunicação entre o contabilista e o cliente, podem resultar em melhorias sensíveis.

Mas não é meu objetivo, nesta breve postagem, indicar todos os caminhos possíveis para melhoria na qualidade da informação contábil, mas vislumbrar alternativas simples e regulares, que poderão trazer benefícios a ambos – contabilista e cliente, o primeiro, pelo melhor reconhecimento do seu trabalho, e, ao segundo, uma melhor gestão de seus dados gerenciais.

## Oficina - Como vender pelo Cartão BNDES

11/11/2016 – FIEP

### Local:

**BRDE - Auditório Palacete dos Leões | Av. João Gualberto, 530/570 - Alto da Glória - Curitiba/PR**

- **DATA: 22/11/2016**
- **HORA: 08:30 ÀS 11:00**
- 

### Objetivo:

A oficina tem como objetivo que as empresas fabricantes cadastrem seus produtos para venda pelo Cartão, diminuindo a inadimplência dos clientes e ampliando o volume de vendas e participação no mercado, uma vez que seus compradores poderão financiar as compras e os produtos ficarão expostos no site do Cartão.

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e dos microempreendedores individuais (MEIs).

As principais vantagens e condições do Cartão BNDES para os compradores são:

1. Limite de crédito pré-aprovado, concedido pelo banco emissor, de até R\$ 1 milhão\*;
2. Financiamento automático em até 48 meses\*\*, com pagamento em prestações fixas e iguais;
3. Taxa de juros atrativa.

**Público-alvo:** Empresas de todos os portes fabricantes de Bens e Insumos necessários as atividades das MPMEs, dos setores autorizados pelo BNDES\* e seus distribuidores autorizados.

Artigos Têxteis

Eletrodomésticos e Eletroportáteis

Embalagens

Informática, Telecom e Automação

Inovação e Avaliação de Conformidade

Insumos (Coureiro-Calçadistas, Metalmeccânicos, Moveleiros, Embalagem, Panificação, Rochas Ornamentais, Têxteis, Laminados de Plásticos e Setor Cultural)

Máquinas e Equipamentos

Materiais e Acessórios para Construção

Móveis e Colchões

Setor Cultural

Softwares

Utilidades

Veículos

Comunicação Visual

Cursos e Programas de Qualificação

Educação, Esporte e Lazer

\*\*Fabricantes, setores autorizados pelo BNDES.

### Programação:

8h30 - Credenciamento | Café Boas-vindas

9h00 - Abertura

9h15 - O que é o cartão BNDES

Condições de financiamento

Estatísticas do cartão no PR / Curitiba

Portal do Cartão BNDES

Como credenciar seu produto para venda pelo Cartão BNDES

Como realizar uma venda pelo portal do Cartão

10h40 - Dúvidas

11h00 - Encerramento

**Data:** 22 de novembro

**Horário:** 8h30min às 11h

**Local:** BRDE - Auditório Palacete dos Leões

Av. João Gualberto, 530/570 - Alto da Glória - Curitiba/PR

**Inscrições gratuitas.**

**Contato:**

41 3271-9136 | 3271-9411

[fomento@fiepr.org.br](mailto:fomento@fiepr.org.br)